



**O PROTESTANTISMO  
E A PALAVRA IMPRESSA:  
ENSAIOS INTRODUTÓRIOS – 2ª PARTE**

**THE PROTESTANTISM  
AND THE WORD PRINTED:  
INTRODUCTORY ESSAYS – 2<sup>ND</sup> PART**

**Hermisten Maia Pereira da Costa**

Mestre e doutor em Ciências da Religião. Atual diretor da Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: *hermisten@terra.com.br*

## RESUMO

---

Neste segundo artigo são analisados os primeiros ensaios que visavam trazer uma impressora para o Brasil, começando pela tentativa frustrada dos holandeses. Analisam-se também os acasos e as circunstâncias do surgimento da Imprensa Régia com o seu primeiro jornal publicado do Brasil em 1808, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, e descrevem-se alguns aspectos do jornal *O Correio Braziliense* criado por um brasileiro, Hipólito José da Costa, em Londres (1808), as perseguições sofridas e a sua influência no Brasil mesmo sendo proibida a sua entrada em território nacional.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Tipografia no Brasil; Censura; *O Correio Braziliense*; Holandeses no Brasil; Imprensa Régia.

## ABSTRACT

---

In this second article are analyses the early essays which was aimed to bring the press to Brazil. Starting by frustrated dutch attempt, he also analyses the cases and circumstances of birth of Royal Press with its first newspaper published in Brazil on 1808: *A Gazeta do Rio de Janeiro*, describes some aspects of *O Correio Braziliense* newspaper created by a brazillian, Hipólito José da Costa, in London (1808), some persecution suffered and its influence on Brazil, even though its entrance was prohibited in national territory.

## KEYWORDS

---

Typography in Brazil; Censorship; *O Correio Braziliense*; Dutch in Brazil; Royal press.

## 5. PRIMÓRDIOS DA TIPOGRAFIA NO BRASIL

---

A entrada de livros no Brasil sofria de dois tipos de censura que caminhavam irmanados, de mãos dadas: a censura do Estado absolutista (Coroa), preocupado em proteger seus interesses monárquicos, colonialistas e escravocratas<sup>1</sup>: e a da Igreja romana, que permanecia atenta às obras que questionassem a sua unicidade como igreja de Cristo, seus dogmas, sustentasse ideias reformistas ou críticas às suas práticas religiosas (MARTINS, A. L., 2002, p. 156 et seq.).

Essa herança veio de Portugal desde o estabelecimento da Inquisição no Reino (1536). Mesmo quando a censura foi unificada pelo marquês de Pombal, criando a *Real Mesa Censória* (1768-1787), continuaram juntos, no mesmo afã, o Estado e a Igreja, ainda que esta com bem menos poderes (MORAES, 1979, p. 51-52, 54; MAXWELL, 1996, p. 99 et seq.). Esse casamento entre Estado e Igreja, nem sempre harmonioso, é verdade – ora com a supremacia mais notadamente da Igreja, ora com a supremacia do Estado, como no tempo de Pombal (VILLALTA, 2002, p. 54 et seq.; CAVALCANTI, 2004, p. 148-149; VILLALTA, 1997, v. 1, p. 347; BOXER, 1981, p. 98-99; GUEDES, 2001, p. 34)<sup>2</sup> –, surtira grandes efeitos na manutenção do *status quo*, na preservação de um povo seletivamente ignorante e de uma fé implícita, sem fundamento explicitamente sólido. E quando essa fé era

---

<sup>1</sup> Na França, a censura tinha como um de seus ingredientes o aspecto econômico, com o propósito de preservar o monopólio dos editores de Paris em relação às publicações estrangeiras; era uma espécie de “reserva de mercado” (ROCHE, 1996, p. 26, 48; GOULEMOT, 2000, p. 37; CHARTIER, 2007, p. 287). O mesmo se aplicava aos periódicos: os jornais oficiais tinham privilégios na cobertura de determinados assuntos. Nenhum jornal poderia se estabelecer sem o pagamento de tal direito (DARNTON, 2005, p. 47). A censura prévia adquiriu também em alguns países, incluindo Portugal, o sentido de preservação de informações que poderiam ser perigosas a respeito, por exemplo, das riquezas de suas colônias, relações exteriores, plantas de cidades, fortificações etc. (BURKE, 2003, p. 129-135).

<sup>2</sup> Na França, a despeito da insatisfação do clero, especialmente do seu braço mais conservador, a Universidade de Sorbonne, a censura foi passando pouco a pouco ao domínio do Estado. “Ao iniciar-se o século XVIII, a censura tinha sido secularizada e se tornara um instrumento do Estado absolutista” (ROCHE, 1996, p. 25). Ver também Febvre e Martin (1992, p. 352), Steinberg (1963, p. 190) e Chartier (2007, p. 286-288).

explicitada destoando ainda que aparentemente do estabelecido pela Igreja, lá estava o Santo Ofício com os seus representantes para examinar e punir, mesmo nos lugares mais longínquos das colônias distantes<sup>3</sup>. Para isso, não faltavam denunciadores, dentre todas as classes sociais, diga-se de passagem (PRIMEIRA VISITAÇÃO..., 1925; SIQUEIRA, 1978, p. 262-266). Por sua vez, quer por arrependimento datado (em geral pelo conhecimento da chegada dos visitantes do Santo Ofício), quer por esperteza preservadora da vida, alguns réus em potencial procuravam preventivamente o Santo Ofício revelando seu comportamento ou palavras indignas e, ao mesmo tempo, seu arrependimento (SIQUEIRA, 1978, p. 219-220).

Não há censura totalmente eficaz, ela sempre tem as suas brechas e ambiguidades. Ao mesmo tempo, a censura, na divulgação de seus livros proibidos, como já o observara Diderot (1763) sarcasticamente, terminava por ser uma espécie de promotora dos mesmos pelo estímulo à curiosidade (apud CHARTIER, 2007, p. 286-287; DARNTON, 1992, p. 15; BURKE, 2003, p. 139)<sup>4</sup>. Jean André, por exemplo, impressor do Parlamento, em 1545 imprime o *index* e, ao mesmo tempo, imprime versos em memória de Clément Marot (c. 1496-1544), “herege”<sup>5</sup>, contudo poeta admirado e protegido pelo rei (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 432-433; MAN, 2004, p. 289).

---

<sup>3</sup> Ver alguns exemplos em Siqueira (1978, p. 222 et seq.). Com a sua sutileza costumeira, Voltaire (1773, p. 228), em 1764, no verbete “Inquisição” do seu *Dicionário filosófico*, escreveu: “A Inquisição é, como se sabe, uma invenção admirável e absolutamente cristã destinada a tornar o papa e os monges mais poderosos e a tornar todo um reino hipócrita”.

<sup>4</sup> Não deixa de ser também irônico o fato de Diderot (2002) escrever a *Carta sobre o comércio do livro* a pedido da comunidade dos livreiros parisienses – com os quais as relações não eram as mais cordiais. Nessa obra, o livre Diderot contradiz os seus próprios princípios liberais (DARNTON, 1987, p. 189; CHARTIER, 2002, p. 9-29; 2007, p. 282; FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 248). Para uma visão dos aborrecimentos de Diderot com livreiro francês, ver Darnton (2008, p. 45-54).

<sup>5</sup> Ainda que Clément Marot não fosse propriamente um protestante perseverante (DICKINSON, 1902, p. 359-360; WATSON, 1962, v. 14, p. 936), prestou um grande serviço à causa Reformada. Calvino se valeu de seus serviços na edição do *Saltério Genebrino*. Marot musicou 81 salmos. A sua tradução tornou-se extremamente popular na corte e na cidade, advogando “materialmente” a causa da Reforma na França (WATSON, 1962, v. 14, p. 936). Suas obras eram proibidas em Portugal, não por questões religiosas, antes, por serem consideradas obscenas (MORAES, 1979, p. 56).

## 5.1. OS HOLANDESES

A arte de imprimir com tipos móveis já era conhecida dos holandeses desde o século XV, quando temos a primeira obra impressa datada em Utrecht (1473) (ESCOLAR, 1988, p. 327; MCMURTRIE, 1982, p. 195). A Holanda se especializou nessa arte sobretudo após a sua independência, tornando-se uma “metrópole da edição protestante” (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 285). Antuérpia com Christophe Platin (1514-1589) e Leyden com a família Elzevier (GUEDES, 2001, p. 28-29) tornam-se dois grandes centros editoriais. Entre 1500 e 1540, 2.254 obras são publicadas na Antuérpia (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 449). Os holandeses, como grandes navegantes, se especializaram na produção de mapas e atlas, termo esse surgido em 1595 (STEINBERG, 1963, p. 184; COROMINAS; PASCUAL, 1980, v. I, p. 398). Portanto, não havia nada de excepcional para os holandeses que ampliam as suas publicações e adquirem qualidade invejável, o desejo de ter uma tipografia em terras conquistadas.

Foram eles os primeiros a tentar implantar a tipografia no Brasil. Os motivos são bastante práticos:

Uma carta de 28 de fevereiro de 1642, do Supremo Conselho (holandês) do Brasil, dirigida aos responsáveis pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, solicitava o envio de uma impressora para que as ordens oficiais recebessem “maior consideração” e para que o Conselho fosse poupado do estafante trabalho de copiar (HALLEWELL, 1985, p. 12; CARVALHO, 1908, p. 18)<sup>6</sup>.

O Conselho responde rapidamente (14 de julho de 1642)<sup>7</sup>; pede-se urgência em 24 de setembro de 1642: “lutamos como grandes dificuldades para executar as múltiplas cópias de editais e ordenações, serviço para o qual somos constantemente obrigados a distrair muitos empregados, com

---

<sup>6</sup> Ver também Rizzini (1977, p. 164; e 1988, p. 309-310) e Schalkwijk (1986, p. 84-85).

<sup>7</sup> “A resposta não tardou e, em 14 de julho do mesmo ano o Conselho dos XIX informa ter seguido da Câmara de Horn ‘um certo Pieter Janszoon que aqui exerceu a profissão de tipógrafo e, por ocasião de sua partida, não se mostrou avesso a idéias de aí introduzir a sua arte, mediante certas condições” (Disponível em: <[http://www.pernambuco.com/diario/2003/11/10/especialholandesesf195\\_0.html](http://www.pernambuco.com/diario/2003/11/10/especialholandesesf195_0.html)>. Acesso em: 24 dez. 2008). Ver também Carvalho (1908, p. 19).

prejuízo das suas funções ordinárias” (CARVALHO, 1908, p. 19). A máquina tipográfica foi enviada juntamente com um mestre impressor, Pieter Janszoon (Pieter Jansz); todavia, ele morreu em 3 de agosto de 1643, antes de poder iniciar o seu trabalho. Maurício de Nassau (1604-1679) continuou pedindo um tipógrafo. Em 6 de julho de 1645 (quando Nassau já havia retornado à Europa), o Conselho holandês respondeu: “Continuamos a procurar um tipógrafo que queira seguir para aí; mas, até agora, nenhum se apresentou” (CARVALHO, 1908, p. 20)<sup>8</sup>. Pelo que parece, os holandeses nunca levaram a cabo o trabalho tipográfico no Brasil<sup>9</sup>.

O trabalho dos holandeses na publicação de um catecismo trilingue (holandês, português e tupi), intitulado: “Uma instrução simples e breve da Palavra de Deus nas línguas brasileira, holandesa e portuguesa, confeccionada e editada por ordem e em nome da Convenção Eclesial Presbiterial no Brasil, com formulários para batismo e santa ceia acrescentados”, não deixa de ser extremamente interessante considerando as suas vicissitudes, já que o Presbitério de Amsterdã não o aprovava, não pelo que dissera, mas pelo que omitira, além de uma possível suspeita, certamente infundada, de algum viés arminiano<sup>10</sup>. Na realidade, o seu autor, o reverendo David à Doreslaer com a ajuda do reverendo Vincentius J. Soler confessou ter problemas em expressar determinados conceitos teológicos em línguas bárbaras. O que ele desejava era fazer um resumo do *Catecismo de Heidelberg* (1563) adotado pela Igreja Reformada Holandesa. Assim, o catecismo que tinha como alvo principal os índios evangelizados foi impresso na Holanda em 1641, chegando a Recife em 1642. Ao que parece, ele não teve grande utilidade por causa dos debates provocados entre o Sínodo da Holanda e a Companhia das Índias Ocidentais. Schalkwijk

---

<sup>8</sup> Mello (1972, p. 328) julga que essa “explicação” era apenas uma desculpa holandesa para não mandar tipógrafo algum. Todavia, Mello parece ignorar o envio e morte de Pieter Janszoon.

<sup>9</sup> Ver <[http://www.pernambuco.com/diario/2003/11/10/especialholandesesf195\\_0.html](http://www.pernambuco.com/diario/2003/11/10/especialholandesesf195_0.html)>. Acesso em: 24 dez. 2008. Carvalho (1908, p. 17 et seq.), Fleiuss (1924, p. 470-471), Martins, W. (2002, p. 300-302), Passos (1952, p. 19), Hallewell (1985, p. 12-13), Moraes (1979, p. 62).

<sup>10</sup> Nome dado ao sistema sustentado pelo teólogo protestante holandês James Armínio, que interpretava a doutrina da graça de forma diferente de João Calvino. O auge das disputas entre os discípulos de ambos deu-se no Sínodo de Dort na Holanda (1618-1619), quando prevaleceu a compreensão dos discípulos de Calvino.

(1986, p. 324) conclui: “Provavelmente, os catecismos ficaram empilhados em algum lugar, falados demais para serem usados, santos demais para serem queimados”.

Uma curiosidade a respeito do *Catecismo de Heidelberg* é que ele foi sistematicamente traduzido: vertido para todas as línguas da Europa e muitas asiáticas, sendo amplamente usado. Em virtude dessa amplitude de traduções, Schaff (1931, v. 1, p. 536) diz que Heidelberg “tem o dom pentecostal de línguas em um raro grau”.

---

## 5.2. OUTRAS TENTATIVAS

“Até ao alvorecer do século XIX, perdurou entre nós o confisco odioso da liberdade de pensamento impresso.”

(FLEIUSS, 1924, p. 474)

É comum atribuir-se a existência de outra impressora no Recife, no ano de 1706, sob o governo de Francisco de Castro Morais. O impressor, cujo nome se perdeu, teve que interromper as suas atividades (imprimia letras de câmbio e orações) em razão da proibição do governo, por intermédio de uma suposta carta régia, de 8 de julho de 1706<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Cf. Costa (1984, v. 5, p. 92-93), Fleiuss (1924, p. 471-472), Rizzini (1957, p. 71; 1988, p. 310), Sodré (1966, p. 20), Mello (1972, p. 325), Hallewell (1985, p. 13-14). Martins, W. (2002, p. 299 et seq.) sustenta que de fato esse impressor nunca existiu. Argumenta que a interpretação que afirma a existência do tipógrafo anônimo deveu-se a uma confusão de documentos. Melo (1973, p. 97), no entanto, insiste na veracidade do ocorrido. Todavia, este também se baseia em fontes secundárias. O assunto ainda carece de documento comprobatório. Posteriormente, em outra tentativa, a tipografia teria uma duração efêmera em Pernambuco. O seu início é datado de 28 de março de 1817, com a impressão de um panfleto de José Luís Mendonça, “Preciso [relato] dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima Revolução operada felizmente na Praça do Recife, aos seis do corrente Mês de Março, em que o generoso esforço de nossos bravos PATRIOTAS exterminou daquela parte do Brasil o monstro infernal da tirania real”. Essa impressora “revolucionária” permaneceu até 18 de maio, quando a causa separatista foi considerada perdida. Como era de esperar, as autoridades do Rio de Janeiro ordenaram que a tipografia fosse fechada e que os tipos fossem remetidos para a capital a fim de serem usados pela Imprensa Oficial, o que foi feito, ainda que não imediatamente (ver fac-símile do panfleto em RIZZINI, 1988, p. 323). Sodré (1966, p. 43-44) transcreve todo o documento, tornando-se mais fácil a sua leitura. Ver Rocha Pombo (s. d., v. IX, p. 508) e Hallewell (1985, p. 113-114).

A próxima notícia que temos é de 1747, no Rio de Janeiro, por meio do trabalho de um conceituado tipógrafo português, Antônio Isidoro da Fonseca, que aqui chegara em 1746. Ele trouxe material tipográfico de Portugal montando uma pequena tipografia no Rio de Janeiro. A sua vinda para o Brasil está envolta em mistérios; ainda não se sabe explicar o que o levou a deixar a sua situação confortável em Portugal para vir ao Brasil e, ainda assim, não como impressor, mas como soldado. Aparentemente ele foi obrigado a deixar Portugal; os motivos, não os sabemos<sup>12</sup>. Ao que parece, Fonseca não pretendia imprimir livros ou jornal. Todavia, foi denunciado, tendo a sua impressora confiscada e destruída (Ordem Régia, Lisboa, 6 de julho de 1747)<sup>13</sup>. Terminam assim as atividades do “decano de nossos tipógrafos impressores” (FLEIUSS, 1924, p. 473). Ele foi extraditado para Lisboa, e ainda que tenha solicitado permissão para reabrir sua tipografia no Rio de Janeiro (19 de novembro de 1749), seu pedido foi indeferido (25 de maio de 1750) (cf. HALLEWELL, 1985, p. 20; RIZZINI, 1988, p. 310-313; 1997, p. 165-167; SODRE, 1966, p. 20; VILLALTA, 2002, p. 52, MORAES, 1979, p. 65-66; CAVALCANTI, 2004, p. 146). Nada mais se sabe de sua vida.

---

<sup>12</sup> Dines (1999, p. 75-89) apresenta alguns documentos inéditos e levanta hipóteses para um estudo posterior. A questão alegada parece ser financeira, conforme explicação do próprio Isidoro da Fonseca (RIZZINI, 1977, p. 167; SODRÉ, 1966, p. 20; MORAES, 1979, p. 62-63). Hallewell (1985, p. 15-18), admitindo essa hipótese, analisa as incoerências do tipógrafo para a empreitada levando em consideração a população do Brasil, a sua extensão geográfica e o número de leitores. Acredita que Isidoro da Fonseca fora, na realidade, convidado pelo governador do Rio ou de Minas a se instalar no Brasil. Cavalcanti (2004, p. 146-148, 155), no entanto, apresenta um quadro representativo de livreiros atuando no Rio de Janeiro no século XVIII, o que lhe sugere um mercado promissor (ver também MORAES, 1979, p. 39-49). De fato, da região francesa de Briçon, de onde emigraram muitos impressores para Portugal (Lisboa, Coimbra e Porto), consta que o Brasil (Rio de Janeiro e Pernambuco) se constituiu em endereço de alguns deles no século XVIII, onde abriram livrarias (GUEDES, 1998, p. 61, 64). Ver também Rizzini (1988, p. 264) e Moraes (1979, p. 45, 48).

<sup>13</sup> Há discrepâncias quanto à data dessa Ordem Régia. Ver Hallewell (1985, p.19-20), Lajolo e Zilberman (1999, p. 123) e Moraes (1979, p. 64). Cavalcanti (2004, p. 145) afirma que a ordem régia foi resultado da “imediate reação dos impressores e livreiros das cidades de Lisboa e do Porto, que pressionaram o governo, instado a coibi-la”.

## 5.3. O INÍCIO OFICIAL: A IMPRENSA RÉGIA

---

### 5.3.1. ACASOS E OPORTUNIDADES

---

“Em meio aos destroços havia artefatos de valor inestimável do patrimônio real, deixados para trás na pressa de abandonarem o porto. [...] 14 carruagens carregadas de prataria da igreja foram abandonadas para os franceses, e todos os 60 mil volumes da Biblioteca Real da Ajuda ficaram na lama.”

(WILCKEN, 2005, p. 43)

O tratamento de Portugal concedido às suas colônias, além de mais rigoroso no aspecto sensorial do que o da Espanha, não era unívoco (SODRÉ, 1966, p. 16)<sup>14</sup>. Enquanto outras colônias portuguesas já dispunham de impressoras desde o século XVI (Goa [1556], diversas cidades da Índia, de Macau [1588], do Japão [1590]) (HALLEWELL, 1985, p. 8-9; MELO, 1973, p. 60-65; RIZZINI, 1957, p. 70)<sup>15</sup>, no Brasil, a tipografia teve o seu início oficial em 1808. A impressão que se tem é de que a metrópole (Portugal) desejava manter a sua colônia (Brasil) numa *imperfeita* Idade Média, já que nem universidade tínhamos (CAVALCANTI, 2004, p. 168; WILCKEN, 2005, p. 95)<sup>16</sup>. O saber estava associado à Universidade de

---

<sup>14</sup> “Ao contrário da Espanha, Portugal não pensou, de modo algum, em criar na sua colônia americana os dois tipos de instituição que mais contribuem para a divulgação da cultura escrita: a Imprensa e a Universidade” (SILVA, 1986, p. 460). *Ver também* Boxer (2002, p. 361).

<sup>15</sup> Melo (1973, p. 92 et seq.) discute as diversas teorias a respeito do atraso da implantação da imprensa no Brasil.

<sup>16</sup> Como sabemos, as universidades são produtos da Idade Média (século XII), resultante dos contatos entre o mundo ocidental com o muçulmano e bizantino. Esta, na expressão de Abbagnano e Visalberghi (1990, p. 153), foi “a mais importante instituição cultural da Idade Média” (cf. VERGER, 1999, p. 75; 2002, v. 2, p. 573). É preciso, contudo, não santificar essa instituição. As universidades, apesar de suas características próprias, são uma corporação eclesástica que visa ao monopólio cultural da Igreja, quer de forma direta, quer de forma indireta (ver LE GOFF, 1993, p. 64; 1998, p. 64-65; VERGER, 2002, v. 2, p. 573, 576). Nos séculos XIII-XV, a Europa conhecerá a fundação de inúmeras

Coimbra (VILLALTA, 1997, v. 1, p. 347-349), para onde afluíam alguns jovens privilegiados brasileiros, um total de 353 durante todo o século XVII (MORAES, 1979, p. 2; MAURO, 1991, p. 443-445)<sup>17</sup>. O Brasil deveria ver o mundo, ou o que do mundo devesse ser visto, pela óptica de Portugal; desse modo, deveríamos apenas fornecer os produtos manufaturados; sua utilização e comercialização ficariam a cargo dos nossos senhores. Vivíamos numa espécie de escravidão cultural (HALLEWELL, 1985, p. 20-22; WILCKEN, 2005, p. 97). Kidder e Fletcher (1941, v. I, p. 69-70), comentando as “rápidas transformações políticas” ocorridas com a chegada da família real, referem-se a algumas restrições anteriores e acrescentam: “A população era por todos os meios obrigada a sentir a sua dependência; e o espírito de iniciativa e produção industrial era como que desconhecido”.

A origem da imprensa no Brasil tem algo de accidental. Antônio de Araújo de Azevedo (1754-1817) – futuro conde da Barca – era ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal desde 1804. Quando a família real e a nobreza fugiram para o Brasil, furtiva e atropeladamente – até mesmo em condições climáticas indesejáveis (MARTINS, 1987, p. 392-403; SCHWARCZ et al., 2002, p. 208 et seq.; WILCKEN, 2005, p. 35 et seq.) – e, segundo alguns, covardemente (CERVO et al., 2000, p. 72; MACEDO, 1990, p. 45; MALERBA, 2000,

---

universidades, que ganhará gradativamente um sentido mais local, perdendo uma de suas características primevas, a internacionalidade (LE GOFF, 1993, p. 106-109). Houve um crescente número de universidades criadas nos séculos seguintes que, em geral, procuravam seguir os modelos da de Paris e Bolonha. Assim temos a fundação de: Cambridge (1209), Salamanca (1218), Montpellier (1220), Pádua (1222), Nápoles (1224), Toulouse (1229 ou 1234), Lisboa (1290), Lérida (1300), Avignon (1303), Roma (1303), Perúgia (1308), Cahors (1332), Pisa (1343), Valladolid (1346), Praga (1347), Florença (1349), Perpignan (1350), Huesca (1354), Siena (1357), Pávia (1361), Cracóvia (1364), Viena (1365), Orange (1365), Erfurt (1379), Heidelberg (1385), Colónia (1388), Leipzig (1409), St. Andrews (1413), Rostock (1419), Lovaina (1425), Caen (1452), Trêves (1454), Greifswald (1456), Friburgo (1457), Bâle (1459), Ingolstadt (1459), Basileia (1459), Bourges (1464), Bordeaux (1473), Mogúncia (1476), Tübingen (1476), Uppsala (1477), Copenhague (1478), Frankfurt (1498), Alcalá (1499) etc. Nos fins do século XV, a Europa contará com mais de 75 universidades (ABBAGNANO; VISALBERGHI, 1990, p. 154; VERGER, 2002, v. 2, p. 583-584).

<sup>17</sup> Calaça (2005, p. 47) oferece-nos uma tabela com dados complementares referentes ao corpo discente de brasileiros matriculado na Universidade de Coimbra no período de 1601 a 1730, totalizando 693 alunos, e a grande maioria vinha especificamente da Bahia, 349.

p. 199-203)<sup>18</sup>, ele naturalmente a acompanhou. A fuga só se consumou quando as condições climáticas tornaram possíveis o levantar as âncoras dos navios; as chuvas deram trégua; isso, na manhã de 29 de novembro de 1807 (WILCKEN, 2005, p. 18, 43). Na precipitação da fuga, Azevedo, com a ajuda fundamental de seu funcionário de confiança, Cristiano Müller, mandou que colocasse no porão do “Medusa” – navio de 74 canhões (GRAHAM, 1990, p. 69; HALLEWELL, 1985, p. 35), porém em péssimo estado de conservação (WILCKEN, 2005, p. 48-49), no qual ele próprio viajaria – o material gráfico adquirido da Inglaterra, para a Secretaria da qual era titular, mas que não fora montado, e também a sua valiosa biblioteca pessoal<sup>19</sup>. No Rio de Janeiro, mandou montá-lo nos baixos de sua casa, na Rua dos Barbonos<sup>20</sup> (atual Rua do Passeio), esquina da Rua das Marrecas (cf. HALLEWELL, 1985, p. 35; RIZZINI, 1977, p. 171-172; 1988, p. 316-317; SODRÉ, 1966, p. 22; MARTINS, 2002 (b), p. 307; SCHWARCZ, 2002, p. 210; MORAES, 1979, p. 99)<sup>21</sup>. Foi justamente esse maquinário que propiciou o documento real de 13 de maio de 1808, que dizia:

Tendo-me constado, que os prelos, que se acham nesta Capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra; e atendendo à necessidade que há da oficina de impressão nestes meus estados: sou servido, que a

---

<sup>18</sup> Com a invasão dos franceses liderados pelo antigo cônsul em Lisboa, o general Jean-Andoche Junot, o clero português se afrancesou, levando muito longe a orientação de D. João aos líderes que permaneceram, no sentido de cooperarem com Junot e seu exército. O patriarca de Lisboa, D. José Francisco de Mendonça, a mais alta autoridade eclesiástica, deu o tom: proclamou Napoleão como “homem prodigioso que Deus tem destinado para amparar e proteger a religião e fazer a felicidade dos povos” (apud ARAÚJO, 1998, v. 5, p. 29).

<sup>19</sup> Após a morte do conde da Barca, a sua biblioteca foi leiloada (1819). Estima-se que fosse constituída de 74 mil volumes (LACOMBE, 1990, p. 359). Quanto aos seus múltiplos interesses acadêmicos, ver Rizzini (1977, p. 172-174) e Moraes (1979, p. 82).

<sup>20</sup> Rua que faz parte do romance de Machado de Assis, *Dom Casmurro* (cap. 43, 67, 76).

<sup>21</sup> Ver Camargo e Moraes (1993, v. 1, p. XVII) sugerem que “o fato de não terem sido esquecidos os caixões contendo a tipografia” se constitui numa “prova adicional do planejamento da mudança da Corte para o Brasil, e não de uma fuga desordenada” (ver também MORAES, 1979, p. 81, 99). No entanto, Accioly (1949, p. 38-39), dispondo de bons argumentos, sustenta a tese de “fuga” da Família Real (ver também WILCKEN, 2005, p. 21 et seq.). Devemos ter em mente, contudo, que o Brasil ao longo dos séculos já se constituía na mente de diversas autoridades e conselheiros portugueses como opção de fuga (ver alguns exemplos em SCHWARCZ, 2002, p. 194-197).

casa, onde eles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprimirão exclusivamente toda a Legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço; e se possam imprimir todas, e quaisquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria [...] (in COSTA, 2001-2002, v. I, p. 517)<sup>22</sup>.

A inauguração oficial do novo prelo deu-se nesse mesmo dia (13 de maio), quando se comemorava o aniversário do príncipe regente (HALLEWELL, 1985, p. 36). Na ocasião, dá-se a fundação da Imprensa Régia<sup>23</sup>, na Rua do Passeio nº 12, publicando-se um folheto de 27 páginas, com 295 mm de altura, em tipos equivalentes a 14 pontos: “Relação dos despachos publicados na corte pelo expediente da secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra no faustíssimo dia dos anos de S.A.R. o Príncipe Regente N.S. E de todos mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S.A.R. aos Estados do Brasil até o dito dia”.

Aqui, durante o ano de 1808, a Imprensa Régia publicou 38 itens, aumentando para 62 no ano seguinte (cf. HALLEWELL, 1985, p. 37)<sup>24</sup>. Mesmo com o fabrico de um prelo de madeira no Rio de Janeiro e a progressiva compra de máquinas na Inglaterra e nos Estados Unidos, o fato é que a

---

<sup>22</sup> Moraes (1979, p. 100) comenta: “É curioso notar que o decreto não se refere ao fato extraordinário de se estar introduzindo a imprensa no Brasil”. Hallewell (1985, p. 36) observa que “dois meses mais tarde, em 26 de julho, o decreto foi emendado por uma declaração de que uma das principais razões para a criação da Impressão fora auxiliar a expansão da educação pública”.

<sup>23</sup> Em 1815 A Imprensa Régia passou a chamar-se Real Officina Typographica. Posteriormente, em 1822, Typografia Nacional, e, finalmente, Departamento da Imprensa Nacional.

<sup>24</sup> Em outubro de 1808, em Londres, Hipólito da Costa escreveria com um misto de ironia e tristeza sobre o estabelecimento tardio da imprensa no Brasil: “O mundo talvez se admirará, que eu vá enunciar como uma grande novidade, que se pretende estabelecer uma imprensa no Brasil; mas tal é o fato. Começou o século 19 e ainda os pobres Brasileiros não gozavam dos benefícios, que a imprensa trouxe aos homens, nem ainda agora lhes seria permitido esse bem, se o Governo, que lho proibia, acossado, na Europa, se não visse obrigado a procurar um asilo nas praias da nova Lusitânia. [...] Saiba pois o mundo e a posteridade, que no ano de 1808, da era Cristã, mandou o Governo Português, no Brasil, buscar a Inglaterra uma impressão, com os seus apêndiculos necessários; e a remessa que daqui se lhe fez importou em CEM LIBRAS ESTERLINAS!!! Contudo, diz-se que aumentará este estabelecimento, tanto mais necessário, quanto o Governo ali, nem pode imprimir as suas ordens para lhes dar suficiente publicidade” (COSTA, 2001-2002, v. 1, p. 393, 394).

Imprensa Régia não conseguia acompanhar a demanda de serviços, fazendo que alguns desistissem do serviço ou obras saíssem incompletas; apenas o primeiro volume de uma obra mais volumosa, por exemplo. Na luta para se conseguir o privilégio de imprimir, evidenciam-se as pressões políticas e religiosas, terminando por baixar a qualidade dos trabalhos. Além disso, como em todo monopólio – salvo os casos de interesse do governo –, os preços eram muito altos, mais até do que em Lisboa, tendo os escritores, destituídos de capital, que promover subscrições prévias para poderem financiar suas obras (MORAES, 1979, p. 104-106; SILVA, 1981, p. 145-160; 1986, p. 461).

Hallewell (1985, p. 35) comenta, com uma ponta de ironia, que

a impressão com tipos móveis, que os governantes portugueses durante tanto tempo e com tanto empenho lutaram para que não chegasse ao Brasil, como parte de sua política geral de manter a colônia técnica e intelectualmente dependente, por uma dessas pequenas ironias da história foi finalmente trazida para o Brasil pelo próprio governo.

Nesse mesmo ano, publica-se o primeiro jornal do Brasil: *A Gazeta do Rio de Janeiro* (10 de setembro de 1808) (cf. SILVA, 2007, p. 10; CAMARGO; MORAES, 1993, v. I, p. XXX; HALLEWELL, 1985, p. 40; SODRÉ, 1966, p. 23; VARNHAGEN, 1951, v. 5, p. 228; WALDVOGEL, 1952, p. 81)<sup>26</sup>, sendo editado duas vezes por semana (embora o primeiro número dissesse que a sua publicação seria semanal, no segundo (17 de setembro de 1808) já indicava a sua circulação às quartas-feiras e aos sábados), e depois, a partir de 3 de julho de 1821, três vezes por semana. A *Gazeta* constava de quatro páginas, custando a sua assinatura semestral \$800 e 80 réis o número avulso (SODRÉ, 1966, p. 23; CAMARGO; MO-

---

<sup>26</sup> Ver fac-símile da primeira página do primeiro número em Rizzini (1988, p. 333). A competente professora britânica Maria Graham (1990, p. 75), que residiu no Brasil no período de 1821-1823, fazendo um resumo de nossa história, menciona o primeiro jornal brasileiro: “Ainda que a imprensa, naturalmente, não se pudesse gabar de muita liberdade, mesmo porque sua liberdade por essa época não teria muita importância, foi isso o primeiro passo para despertar a curiosidade intelectual e, o gosto pela leitura, que se tornou, não somente um luxo, mas até uma necessidade em certos países e que aqui progride rápida e diariamente”.

RAES, 1993, v. I, p. 6-7). A *Gazeta* publicava vários números extraordinários. Silva (2007, p. 11) informa-nos que em 1808 foram publicados 32 números da *Gazeta* e mais 19 extraordinários. Durante todo o ano de 1809, somente 18 números extraordinários foram publicados. Esse periódico, que era dirigido pelo frei Tibúrcio José da Rocha [até março de 1812, sendo sucedido pelo brigadeiro Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1813?) (SILVA, 2007, p. 14) até julho de 1821 e, por último, o cônego Francisco Vieira Goulart (4 de agosto de 1821-1822)]<sup>26</sup>, publicava exclusivamente documentos oficiais, notícias dos nobres europeus e elogios à família real; o texto do jornal passava previamente pela censura<sup>27</sup>. A propósito desse periódico, Armitage (1981, p. 35) comenta com visível ironia:

Por meio dela (tipografia) só se informava com toda a fidelidade ao público do estado de saúde de todos os Príncipes da Europa, e de quando em quando as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícia dos dias natalícios, odes, e panegíricos a respeito da família reinante; não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado como um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume<sup>28</sup>.

Em março de 1812, Costa (2001-2002, v. VIII, p. 289), comparando as gazetas de Portugal com a “mísera gazeta do Rio de Janeiro”, analisa que nesta “se gasta tão boa qualidade de papel em imprimir tão ruim matéria, que melhor se empregaria se fosse usado para embrulhar manteiga”.

A *Gazeta do Rio*, como passou a ser chamada desde 1822, mesmo com novo formato, durou até 31 de dezembro de 1822, quando foi substituída no dia 2 de janeiro de 1823 pelo *Diário do Governo* (CAMARGO; MORAES, 1993, v. I, p. 366).

---

<sup>26</sup> Sobre esses três redatores, ver Silva (2007, p. 12-22).

<sup>27</sup> Para uma avaliação do trabalho da censura, ver Machado (2008, p. 243-259).

<sup>28</sup> Silva (2007, p. 7) considera exagerados os comentários de Armitage. No entanto, na década de 1860, Ribeyrolles (1980, v. 1, p. 125-136) teve percepção semelhante à de Armitage quanto à imprensa brasileira. Fenômeno idêntico ao descrito por Armitage ocorria na França – talvez com o mesmo exagero de ênfase –, antes da Revolução Francesa (cf. DARNTON, 2005, p. 47-49).

O primeiro jornal genuinamente informativo publicado no Brasil foi o *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878), que trazia notícias de crimes, demandas, loterias, movimento de navios, questões meteorológicas, entre outras, sem, contudo, se envolver em questões políticas, não noticiando, nem mesmo, a proclamação da Independência. O seu fundador, o português Zeferino Vito (ou Vitor) de Meireles – que então era vice-administrador da Imprensa Régia (CAMARGO; MORAES, 1993, v. I, p. 270) –, teve uma morte trágica:

O jornal caracterizou-se por seus pequenos anúncios, o que acabou sendo um desastre. Alguém pagou por uma publicidade para denunciar um vizinho que estava mantendo sua filha adulta encarcerada em sua própria casa. O pai demonstrou sua indignação com essa indesejada publicidade atirando em Meireles, que morreu pouco depois, tornando-se o primeiro mártir da liberdade de imprensa no Brasil<sup>29</sup>.

Meireles foi baleado em 29 de agosto de 1822, vindo a falecer em 12 de novembro do mesmo ano (RIZZINI, 1988, p. 374). Alguns anos depois, o italiano Dr. João Batista Líbero Badaró (1798-1830), dono e redator no periódico paulistano recém-criado (1829), *O Observador Constitucional*, foi assassinado no dia 20 de novembro de 1830 (MARTINS, A. L., 2002, p. 170; MOREL, 2008, p. 40).

No que se refere à imprensa, um dado que não pode ser esquecido é que o Brasil foi um dos últimos países americanos a usar a tipografia<sup>30</sup> – [México (1539)<sup>31</sup>; Peru (1579)<sup>32</sup>; Filipinas (1593); Bolívia (1610); Estados Unidos (1639); Guatemala (1660); Chile (1697? ou 1776?); Cuba (1707 ou 1723-1724); Haiti (1736); Colômbia (1736 ou

---

<sup>29</sup> Cf. Hallewell (1985, p. 45) e Fleuiss (1924, p. 481-482). Quanto a outros boatos a respeito do seu assassinato, ver Rizzini (1988, p. 374).

<sup>30</sup> Algumas dessas datas são prováveis, sem que haja documentação comprobatória suficiente; justamente por isso, há divergências entre os diversos autores.

<sup>31</sup> Ou 1535 (cf. MELLO, 1972, p. 267 et seq.).

<sup>32</sup> Sendo impresso o primeiro livro em 1584 (ver MELLO, 1972, p. 280; RIZZINI, 1957, p. 70; BOXER, 2002, p. 361).

1738); Nicarágua (1742); Equador (1754); Paraguai (1770)<sup>33</sup>; Argentina (1780); República Dominicana (1783); Uruguai (1807); El Salvador (1820); Costa Rica (1827); Honduras (1830)]. O Brasil, além de tardiamente, quando pôde usar a imprensa oficialmente, foi dentro de normas estabelecidas pelo governo, que, como vimos, tinha muito pouco de razoável. A literatura produzida também era previamente censurada.

Curiosamente, Portugal, como já visto, dispunha de impressora com tipo móvel desde 1487<sup>34</sup>. De fato, o interesse de Portugal era que a então Colônia permanecesse na ignorância; um povo ignorante é mais facilmente dominado e manipulado. “A ignorância, realmente, constitui imperiosa necessidade para os que exploram os outros, indivíduos, classes ou países. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação” (SODRÉ, 1966, p. 21; cf. HOLANDA, 1989, p. 87).

Além disso, o domínio intelectual pode também ser mantido – a exemplo do que fizeram os jesuítas –, quando se conduzem os dominados pelo caminho que está justamente no ponto intermediário entre a instrução e a independência intelectual.

---

<sup>33</sup> Comparar Hallewell (1985, p. 10) com Haubert (1990, p. 213).

<sup>34</sup> Deve ser observado que Lisboa, por volta de 1755, dispunha de apenas 10 tipografias, enquanto Londres, com uma população quatro vezes maior, dispunha de 128 (HALLEWELL, 1985, p. 22). A situação de Lisboa se agravou com o terremoto de 1755 quando foram destruídas várias tipografias. Portugal atravessava uma fase difícil de sua economia; o terremoto de Lisboa – que durara sete minutos, a partir das 9h30 do domingo ensolarado de 1º de novembro de 1755, persistindo durante todo o dia –, acompanhado por um maremoto e incêndios, havia destruído grande parte da cidade – dois terços – e matado cerca de oito mil pessoas (cf. SERRÃO, 1982, v. VI, p. 27; CARNAXIDE, 1979, p. 119 et seq.). Boxer (1977, p. 206) calcula que morreram entre cinco mil e quinze mil pessoas. Serrão (1981, p. 164) informa-nos que as estatísticas a respeito dos mortos variam de cinco mil a quarenta mil. Como agravante da situação, os armazéns portuários que recebiam as mercadorias brasileiras em fins de setembro ainda estavam cheios. Os armazéns foram destruídos (MACEDO, 1982, p. 187). Em 1760, a extração do ouro do Brasil sofreria uma substancial diminuição (SIMONSEN, 1978, p. 296-298; MACEDO, 1982, p. 187 et seq.; BOXER, 1977, p. 208). Pombal, então, usou de todos os recursos possíveis para aumentar a receita da Coroa (CARNAXIDE, 1979, p. 77 et seq.) a fim de reconstruir a cidade, tornando-a mais moderna (WILCKEN, 2005, p. 96). Para uma descrição romanceada da época, ver Chantal (2005).

## 5.3.2. O CORREIO BRAZILIENSE DE LONDRES

Ainda no Império, houve, no entanto, um jornal alternativo, publicado pelo brasileiro Hipólito José da Costa (1774-1823)<sup>35</sup> – que se refugiara em Londres desde 1805, quando escapou dos cárceres da Inquisição em Portugal<sup>36</sup>, tendo sido acusado de maçom<sup>37</sup> e livre-pensador<sup>38</sup>, intitulado *O Correio Braziliense ou Armazem Literario*, que era impresso em Londres, onde vivia o editor. Esse jornal – que mais parecia uma revista<sup>39</sup> –, de edição mensal, constava de 80 a 150 páginas, sendo publicado o seu primeiro número em 1º de junho de 1808, quando o editor explicou:

Ninguém mais útil pois do que aquele que se destina a mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. [...] Levado destes sentimentos de Patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os fatos políticos civis, e literários da Europa, empreendi este pro-

<sup>35</sup> Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça era natural da Colônia do Sacramento (região que hoje pertence ao Uruguai), tendo nascido em 25 de março de 1774. Na juventude partiu para Portugal (1792), onde se formou em Filosofia (1796) e Leis (5 de junho de 1798), ambos os cursos na Universidade de Coimbra.

<sup>36</sup> Esteve preso em Lisboa no período de 1802 a 1805 (ver COSTA, 1974, p. 21 et seq.; DINES, 2001, v. 1, p. XXXII).

<sup>37</sup> De fato, tornou-se maçom em 12 de março de 1799 na Loja Maçônica Washington, em Filadélfia (COSTELLA, 2001, v. XXX/1, p. 174; COSTA, 1974, p. 35). Tendo sido ativo no reconhecimento do Grande Oriente Lusitano (disponível em: <[http://www.gremiolusitano.eu/?page\\_id=32](http://www.gremiolusitano.eu/?page_id=32)>. Acesso em: 1º maio 2009).

<sup>38</sup> Hipólito José da Costa casou-se em 7 de julho de 1817 com uma inglesa, Mary Ann Troughton, naturalizou-se inglês, sendo secretário e protegido do príncipe Augusto Frederico, duque de Sussex, que foi testemunha em seu casamento. O duque de Sussex era grão-mestre da maçonaria inglesa, filho de Jorge III e irmão dos reis Jorge IV e Guilherme IV da Inglaterra (ver RIZZINI, 1988, p. 341 et seq.; CASCUDO, 1978, p. 198-199; FREYRE, 1948, p. 60; WALDVOGEL, 1952, p. 85-86; LUSTOSA, 2001, v. XXX/1, p. 17; COSTELLA, 2001, v. XXX/1, p. 179). Ele mesmo vivera em Portugal, sendo um dos artífices da grande loja maçônica portuguesa Grande Oriente Lusitano (1802) (ARAÚJO, 1998, v. 5, p. 26). Hipólito da Costa e o capixaba Domingos José Martins fundaram em 1812 a loja maçônica “Lusitana 184” ao Grande Oriente de Londres, sendo os estatutos preparados e impressos por Hipólito (cf. RIZZINI, 1988, p. 303; COSTELLA, 2001, v. XXX/1, p. 178). Domingos Martins foi um maçom extremamente atuante no Brasil (BANDECCHI et al., 1970, p. 405).

<sup>39</sup> Às vezes ele foi chamado assim (FLEIUSS, 1924, p. 476; VIANNA, 1967, p. 33).

jeto, o qual espero mereça a geral aceitação daqueles a quem o dedico. [...] Feliz eu se posso transmitir a uma Nação longínqua, e sossegada, a na língua, que lhe é mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade. O meu único desejo será de acertar na geral opinião de todos, e para o que dedico a esta empresa todas as minhas forças, na persuasão de que o fruto do meu trabalho tocará a meta da esperança, a que me propus (COSTA, 2001-2002, v. 1, p. 3-4).

Um ano e meio depois, em fevereiro de 1810, escreve:

[...] desde que intentamos escrever o nosso periódico, segundo o plano que adotamos, previmos bem, que seríamos o alvo de ataques, de injúrias, e de calúnias; em uma palavra contamos com uma perseguição sistemática contra nós, e contra nosso periódico. Mas, propusemo-nos a escrever em Inglaterra para poder, à sombra de suas sábias leis, dizer verdades, que é necessário que se publiquem, para confusão dos maus, e esclarecimento dos vindouros, que se não podiam publicar em Portugal, e nunca nos perdoaríamos a nós mesmos, se omitíssemos o comunicar aos Portugueses, desta maneira que nos é possível, alguma porção dos grandes benefícios, que os Ingleses recebem da sua liberdade da Imprensa (COSTA, 2001-2002, v. IV, p. 211-212).

Em outro lugar:

Resolvi lançar essa publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos” (apud SODRÉ, 1966, p. 24)<sup>40</sup>.

Não sem razão, Hipólito José da Costa é considerado o “fundador do jornalismo brasileiro” (DOURADO, 1957, v. I, p. 142) e “fundador da imprensa brasileira” (RIZZINI, 1988,

---

<sup>40</sup> Como observa Southey (1981, v. II, p. 394), os portugueses eram menos liberais que os espanhóis, por isso não toleravam a imprensa no Brasil.

p. 345). Freyre (1948, p. 60), destacando a contribuição inglesa no Brasil, observa que os anúncios feitos nesse periódico “indicam considerável influência inglesa sobre os começos da arte tipográfica entre nós”.

Esse jornal entrou clandestinamente no Brasil até 1820<sup>41</sup> – sendo lido por servidores civis, militares e clérigos, incluindo, segundo comentários da época, D. João VI<sup>42</sup> –, e depois, por ocasião da revolução do Porto (1820), livremente. Ele foi publicado pontualmente até dezembro de 1822 – quando Hipólito se despede<sup>43</sup> –, perfazendo um total de 175 números, com 123 páginas em média, formando 29 volumes, constando cada volume de 700 a mil páginas e um total de 21.525 páginas. Segundo Sodré (1966, p. 32-33), a sua influência como formador de opinião foi relativa: “nada teve de extraordinário”, contudo nem todos concordam com isso<sup>44</sup>. Formador de opinião ou não, a realidade é que esse periódico era tão incômodo para o governo, que este usou de várias estratégias

---

<sup>41</sup> “O exemplar custava no Rio de Janeiro: ao tempo da Independência, 1.280 réis – uma exorbitância, quase o preço de uma arroba de açúcar mascavo colocado no porto de Londres em 1808” (PAULA, 2001, p. 18).

<sup>42</sup> Henry Koster (1978, p. 198) comenta – a sua obra foi publicada em 1816 – que “não é geralmente sabida a existência de três ou quatro publicações portuguesas em Londres [certamente referia-se aos jornais: *O Correio Braziliense*, o *Investigador Português* na Inglaterra, *Reflexões sobre o Correio Braziliense*]. Uma é proibida de circular no Brasil [*O Correio Braziliense*] e ouvi dizer que o mesmo se passa com as demais [?]. Sendo principalmente lidas pelos brasileiros, estão em toda parte não obstante a proibição [proibições: 17.9.1811, 2.3.1812 e 25.6.1817]. Tenho-as visto nas mãos de civis, militares e eclesiásticos e essas autoridades falam publicamente nelas. Dizem que o regente as lê também e, às vezes, diverte-se com as invectivas contra as pessoas poderosas”. De fato, havia muitos boatos e piadas no Brasil a respeito da influência de *O Correio Braziliense* sobre as autoridades brasileiras (ver DOURADO, 1957, v. I, p. 263 et seq.; PAULA, 2001, p. 19 et seq.). A leitura de jornais portugueses no Brasil já era antiga, remontando pelo menos a 1778 (cf. MOREL, 2008, p. 30).

<sup>43</sup> No derradeiro número, no “*Annuncio aos Leitores do Correio Braziliense*”, escreveu: “Deixará pois o Correio Braziliense de imprimir-se mensalmente; e só sim todas as vezes, que se oferecer matéria, sobre que julgemos dever dar a nossa opinião, a bem da nossa pátria; e houver ocasião oportuna de fazer as remessas, que pela incerteza das saídas dos paquetas e navios, inutilizam a pontualidade da publicação mensal de um Periódico, cujo escopo é unicamente o Brasil; e aonde não pode chegar com regularidade de tempo” (COSTA, 2001-2002, v. XXIX, p. 623).

<sup>44</sup> Varnhagen (1951, v. 5, p. 232), por exemplo, diz: “Não cremos que nenhum estadista concorresse mais, para preparar a formação no Brasil de um império constitucional, do que o ilustre redactor do Correio Braziliense”. De igual modo pensa Rizzini (1988, p. 348, 364 (entre outras)). Ver também Barbosa Lima Sobrinho (2001, v. I, p. IX-XVI; e 1997, p. 71), Rizzini (1957, p. 195, 202-205), Dourado (1957, v. I, p. 141 et seq., 263 et seq.) e Paim (1998, p. 43-47).

para fazê-lo deixar de ser impresso; ora por meio de edital<sup>45</sup>, pressões diplomáticas, ora por meio de boatos (DOURADO, 1957, v. II, p. 350 et seq.), subornos (DOURADO, 1957, v. II, p. 373 et seq.) e, até mesmo, por intermédio da publicação de jornais rivais<sup>46</sup>. Assim, em 1809, seria lançado em Lisboa um periódico intitulado *Reflexões sôbre o Correio Braziliense*, dirigido pelo frei Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, patrocinado pelo governo. Em julho de 1811, o governo edita e financia outro jornal rival, agora em Londres, *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (1811-1819), dirigido inicialmente por Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Bernardo José de Abrantes e Castro. Quando a subvenção real foi cortada (outubro de 1818), o jornal, sem recursos próprios, encerrou as suas atividades em fevereiro de 1819 (cf. HALLEWELL, 1985, p. 34; SODRÉ, 1966, p. 28 et seq., 36 et seq.; VARNHAGEN, 1951, v. 5, p. 230; CASCUDO, 1978, p. 198; DOURADO, 1957, v. II, p. 315 et seq.)<sup>47</sup>.

### 5.3.3. A LIBERDADE DE IMPRENSA (1821)

---

Em 4 de julho de 1821, D. João promulga a “Lei sobre a liberdade da imprensa”. Hipólito a transcreve na íntegra na edição de setembro (COSTA, 2001-2002, v. XXVII, p. 191-205). Na mesma edição, à frente, faz algumas críticas à *Lei*. Com evidente e justificada satisfação, comenta:

---

<sup>45</sup> Ver o texto do Edital assinado em Lisboa por D. João, rei do Portugal (28 de junho de 1817) proibindo a entrada e a circulação do jornal em Portugal e no Brasil (COSTA, 2001-2002, v. XXX/1, p. 749).

<sup>46</sup> Ver a carta de três governadores do reino de D. João VI, marquês de Borba, Ricardo Raimundo Nogueira e Alexandre José Castello escrita em 23 de dezembro de 1817, dirigida a D. João VI, explicando o porquê da proibição da publicação e circulação de *O Correio Braziliense* em Portugal e seus domínios (disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=257&sid=43&tpl=printerview>>. Acesso em: 15 nov. 2008). Ver também Dourado (1957, v. I, p. 269 et seq.).

<sup>47</sup> Sodré (1966) indica o mês de julho, Varnhagen (1951) o mês de junho e Cascudo (1978) o mês de fevereiro para o início da circulação do jornal. O fato de este jornal ter totalizado 92 números, sendo a sua edição mensal, compondo 23 volumes, conforme informa Rodolfo Garcia, citado por Cascudo (1978, p. 198), parece indicar o mês de julho como o do início da publicação do referido periódico.

Houve tempo em que o passado governo de Lisboa teve quatro ou cinco escritores empregados em atacar, já com argumentos, já com toda a sorte de injúrias pessoais, o *Correio Braziliense*. Mas esses escritos caíram todos por terra, e o *Correio Braziliense* sobreviveu a todos, até ter a consolação de ver chegar a reforma do governo (COSTA, 2001-2002, v. XXVII, p. 244).

A situação politicamente do Brasil estava em franca transformação. O difícil seria modificar a percepção e o trabalho da imprensa no Brasil. O jornalista francês republicano Charles Ribeyrolles (1980, v. 2, p. 130, 135)<sup>48</sup>, no final da década de 1850, elogiou o Brasil pela liberdade de imprensa e a sua proliferação; contudo, acentuou a sua total superficialidade, indiferente aos problemas de seu país: “não é verdade que, salvo raras exceções, a imprensa no Brasil é quase inteiramente nula?”. Atacando de modo especial o *Jornal do Comércio*, o mais influente da época, enfatiza que “o instrumento aqui é livre. A faculdade integral, prezada e respeitada. O exercício é que é miserável” (RIBEYROLLES, 1980, v. 2, p. 135). O fato é que mesmo o jornal que colecionava grandes jornalistas evitava assuntos polêmicos, tentando, como se possível, ser um jornal apertadário (MARTINS, 2008, p. 54; BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1997, p. 92). Em período semelhante, o missionário presbiteriano J. C. Fletcher – que revisara e completara a obra do missionário metodista D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil* (VIEIRA, 1980, p. 68-60) – escreve em 1857 elogiando a liberdade de imprensa no Brasil, e, de forma respeitosa, descreve alguns jornais existentes no Rio de Janeiro, comparando-os em alguns aspectos positivamente a jornais dos Estados Unidos e da Europa. Lamenta, contudo, o grande espaço dado a traduções em nossos periódicos. Acrescenta: “Se os brasileiros tivessem tempo para escrever e fizessem um esforço de pensar por si próprios, os estrangeiros, em breve, achariam que a sua produção é interessante e valiosa, e atribuir-lhe-iam o valor que merece ter” (KIDDER; FLETCHER, 1941, v. I, p. 290).

---

<sup>48</sup> Morreu no Brasil de febre amarela dez dias antes de regressar à Europa (HALLEWELL, 1985, p. 159-160).

Ao que parece, a imprensa desejada por Ribeyrolles só iria começar a se desenvolver 20 anos depois, a partir do final da década de 1870 (BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1997, p. 93-94; MACHADO, 2008, p. 247 et seq.; MARTINS, 2008, p. 54).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Neste artigo, tratamos das tentativas de implantação da tipografia no Brasil consumando-se de modo definitivo com a chegada da família real em 1808. Demonstramos algumas peculiaridades da fuga da família real de Portugal e a sua chegada ao Brasil com a máquina tipográfica que se constituiria na Imprensa Régia, publicando o primeiro jornal do Brasil: *A Gazeta do Rio de Janeiro* (10 de setembro de 1808). Ao mesmo tempo, analisamos o surgimento do primeiro jornal independente brasileiro, *O Correio Braziliense*, criado em Londres por Hipólito José da Costa. Retratamos as perseguições políticas pelas quais ele passou e, ao mesmo tempo, a sua arguta inteligência dentro de seu ideário de liberdade de imprensa, entendendo que Hipólito da Costa contribuiu de forma intensa para a progressiva liberdade de imprensa no Brasil que, a bem da verdade, nem sempre seria bem usada pelos jornalistas brasileiros nas próximas décadas.

## REFERÊNCIAS

---

ABBAGNANO, N.; VISALBERGHI, A. *Historia de la Pedagogía*. Novena reimpresión. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

ACCIOLY, H. *Os primeiros núncios no Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

ARAÚJO, A. C. B. de. As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais. In: MATTOSO, J. (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. v. V, p. 21-40.

- ARMITAGE, J. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- BANDECCHI, B. et al. (Red.). *Nôvo Dicionário de História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1970.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. *O problema da imprensa*. 3. ed. São Paulo: Edusp, Com-Arte, 1997.
- \_\_\_\_\_. Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense*. In: COSTA, H. J. da. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001. v. I, p. IX-XVI.
- BOXER, C. R. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CALAÇA, C. E. *Anti-semitismo na Universidade de Coimbra (cristãos-novos letrados do Rio de Janeiro: 1600-1730)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2005.
- CAMARGO, A. M. de A.; MORAES, R. B. de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp, Livraria Kosmos, 1993. v. I.
- CARNAXIDE (Visconde). *O Brasil na administração pombalina*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, MEC, 1979.
- CARVALHO, A. de. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908*. Recife: Typographia do *Jornal do Recife*, 1908.
- CASCUDO, L. da C. Notas. In: KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura, 1978. (Coleção Pernambucana, v. XVII.)

CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2004.

CERVO, A. L. et al. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

CHANTAL, S. *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil, 2005.

CHARTIER, R. Prefácio à obra de Denis Diderot, *Carta sobre o comércio do livro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

\_\_\_\_\_. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

COROMINAS, J.; PASCUAL, J. A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Editorial Gredos, 1980. v. 1.

COSTA, F. A. P. da. *Anais Pernambucanos 1701-1739*. 2. ed. Recife: Fundarte, 1984. v. 5.

COSTA, H. J. da. *Narrativa da perseguição*. Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Imprensa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.

\_\_\_\_\_. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: *Correio Braziliense*, 2001-2002. 31 v.

COSTELLA, A. E. Cronologia pessoal: In: COSTA, H. J. da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: *Correio Braziliense*, 2001. v. XXX/1, p. 173-182.

DARNTON, R. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *Edição e sedução: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DARNTON, R. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *O iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DICKINSON, E. *Music in The History of The Western Church*. London: Smith, Elder & Co., 1902.

DIDEROT, D. *Carta sobre o comércio do livro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

DINES, A. Aventuras e desventuras de Antônio Isidoro da Fonseca: nova documentação sobre malograda tipografia do Rio de Janeiro no século XVIII, com achegas aos 190 anos da imprensa brasileira. In: FALBER, N. et al. (Org.). *Em nome da fé: estudos in memoriam de Elias Lipiner*. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 75-89.

\_\_\_\_\_. O patrono e seu modelo. In: COSTA, H. J. da. *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: *Correio Brasiliense*, 2001. v. 1.

DOURADO, M. *Hipólito da Costa e o “Correio Brasiliense”*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. 2 v.

ESCOLAR, H. *Historia del libro*. 2. ed. corregida y ampliada. Salamanca: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Madrid: Pirámide, 1988.

FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Hucitec, 1992.

FLEIUSS, M. *Páginas de história*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

FREYRE, G. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1948.

GOULEMOT, J.-M. *Esses livros que se lêem com uma só mão: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.

- GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990.
- GUEDES, F. *Os livreiros franceses de Portugal no século XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O livro como tema: história, cultura e indústria*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, Edusp. 1985.
- HAUBERT, M. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1990.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 2 v.
- KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura, 1978. (Coleção Pernambucana, v. XVII.)
- LACOMBE, A. J. Notas. In: GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- LUSTOSA, I. His Royal Highness e Mr. Da Costa. In: COSTA, H. J. da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: *Correio Braziliense*, 2001. v. XXX/1, p. 15-60.
- MACEDO, J. B. de. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XIX*. 2. ed. Lisboa: Editorial Quercó, 1982.

- MACEDO, J. B. de. *O bloqueio continental*. 2. ed. rev. Lisboa: Gradiva, 1990.
- MACHADO, H. F. Imprensa Abolicionista e a censura no Império do Brasil. In: LESSA, M. L.; FONSECA, S. C. P. de B. (Org.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008. p. 243-259.
- MALERBA, J. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MAN, J. *A revolução de Gutenberg*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- MARTINS, A. L. Sob o signo da censura. In: CARNEIRO, M. L. T. (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2002. p. 155-179.
- \_\_\_\_\_. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 45-80.
- MARTINS, O. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.
- MARTINS, W. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- MAURO, F. (Coord.). *Nova história da expansão portuguesa: o Império Luso-Brasileiro (1620-1750)*. Lisboa: Estampa, 1991. v. VII.
- MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MCMURTRIE, D. C. *O livro: impressão e fabrico*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- MELO, J. M. de. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MELLO, J. B. *Síntese histórica do livro*. Rio de Janeiro: Leitura S. A., 1972.

MORAES, R. B. de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-43.

PAIM, A. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998.

PASSOS, A. *A imprensa no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

PAULA, S. G. de. (Org. e introd.). *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Editora 34, 2001.

PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL. Denúncias da Bahia 1591-1593. São Paulo: Homenagem de Paulo Prado, 1925.

RIBEYROLLES, C. *Brasil pitoresco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. 2 v.

RIZZINI, C. *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

\_\_\_\_\_. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

\_\_\_\_\_. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

ROCHA POMBO, J. F. da. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilá Editor, [s. d.]. 10 v.

ROCHE, D. A censura e a indústria editorial. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (Org.). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1755-1800*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 21-48.

SCHAFF, P. *The Creeds of Christendom*. 6. ed. revised and enlarged. Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, 1931. 3 v.

SCHALKWIJK, F. L. *Igreja e Estado no Brasil holandês 1630-1654*. Recife: Fundarte, 1986. (Coleção Pernambucana – 2ª fase, v. 25).

SCHWARCZ, L. M. et al. *A longa viagem das bibliotecas dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SERRÃO, J. (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. 6 v.

SERRÃO, J. V. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1982. 7 v.

SILVA, M. B. N. da. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *Nova história da expansão portuguesa: o Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986. v. VIII.

SILVA, M. B. N. da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SIQUEIRA, S. A. de. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUTHEY, R. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. 3 v.

STEINBERG, S. H. *500 años de imprenta*. Barcelona: Ediciones Zeus, 1963.

VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1951. v. 5.

VERGER, J. *Homens e saber na Idade Média*. Bauru: Edusc, 1999.

VERGER, J. Universidade. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Coord.). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 2, p. 573-588.

VIANNA, H. D. *Pedro I, jornalista*. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

VIEIRA, D. G. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, F. A.; MELO E SOUZA, L. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1, p. 332-385.

\_\_\_\_\_. Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil Colonial. In: CARNEIRO, M. L. T. (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2002. p. 45-89.

VOLTAIRE, F. M. A. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores, v. XXIII).

WALDVOGEL, L. *A fascinante história do livro*. São Paulo: União Cultural Editora Limitada, 1952.

WATSON, F. J. B. Clément Marot. In: ASHMORE, H. S. (Ed.). *Encyclopaedia Britannica*. Chicago: Encyclopaedia Britannica, INC., 1962. v. 14.

WILCKEN, P. *Império à deriva: a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.